



Veredas Atemática

VOLUME 16 nº 2 - 2012

Investigando a enunciação proverbial nos interstícios da escrita de pré-universitários

Luiz André Neves de Brito (UERN)

RESUMO: Este artigo é o resultado de uma pesquisa em análise do discurso de linha francesa que teve como foco analisar textos produzidos em uma situação de avaliação específica, mais precisamente, redações produzidas no Concurso Vestibular 2007 da Universidade de São Paulo. Partindo de um *corpus* constituído por 346 redações produzidas por candidatos aprovados em primeira chamada, investigo o modo como o escrevente pré-universitário inscreve, no fio discursivo, a enunciação proverbial. Pude observar que essa enunciação apresenta um duplo estatuto: *enunciados proverbiais legítimos* e *enunciados com tom proverbial*.

PALAVRAS-CHAVE: análise do discurso de linha francesa; enunciação proverbial; escrita de pré-universitários

Introdução

Este trabalho apresenta resultados parciais de minha pesquisa de doutorado (BRITO, 2011) cujo foco era analisar a escrita de pré-universitários, mais precisamente, redações produzidas no Concurso Vestibular 2007 da Universidade de São Paulo.

Nos territórios da análise do discurso de linha francesa, sob o primado do interdiscurso, propondo-me a apreender a redação no vestibular no espaço de sistema de remissões ao discurso outro, chamou-me a atenção, no corpus selecionado, não apenas o modo como o escrevente inscreve a “autoridade proverbial”, mas, sobretudo, o modo como esse escrevente inscreve, no fio discursivo, enunciados que captam o “tom proverbial” (isto é, trata-se de enunciados que não são provérbios legítimos, mas que fazem circular um “modo de dizer proverbial”). Portanto, a enunciação proverbial abarca não só os *enunciados proverbiais legítimos*, como também os *enunciados com tom proverbial*. Para dar início a essa discussão, tomo como exemplo as duas formulações abaixo:

Enunciado proverbial legítimo

(1) Não só nas horas difíceis, mas principalmente nas boas, as amigas ajudam na formação do caráter e personalidade, como citado no dito popular “**diga-me com quem anda que te direi quem és**”, e elas “devem ser guardadas debaixo de sete chaves”. (Texto 310, §4º)¹.

Enunciado com “tom proverbial”

(2) Então, quando se encontra a pessoa certa para uma amizade, deve-se valorizá-la ao extremo, já que **um amigo é um porto seguro em qualquer tempestade**. (Texto 220, §4º).

Na formulação (1), nota-se não apenas a inscrição no fio discursivo do provérbio *diga-me com quem anda que te direi quem és*, mas também o modo como o escrevente “reconhece” o enunciado definitivamente como um discurso outro, ou seja, o escrevente “reconhece” no fio discursivo o eco de seu encontro com o exterior. Isso se deve ao uso das aspas, marcadores gráficos que atestam no fio discursivo o deslocamento de enunciados que “pertencem” definitivamente ao Outro.

A propósito da citação proverbial, pode-se dizer ainda que tal fenômeno enunciativo (de autoridade) marca “a adesão onde o 'locutor' se apaga diante de um 'Locutor' superlativo que garante a validade da enunciação. Geralmente, trata-se de enunciados já conhecidos por uma coletividade, que gozam o privilégio da intangibilidade” (MAINGUENEAU, 1997, p. 100). Partindo dessas considerações iniciais sobre a enunciação proverbial, pode-se, portanto, compreender o provérbio como um caso de discurso relatado, pois,

ele retoma não as palavras de *outro* especificado, mas aquelas de todos os outros, fundidas nessa 'impessoalidade' característica da forma proverbial. Mais do que apenas atribuir a responsabilidade da asserção de um provérbio a uma personagem distinta do locutor, como ocorre na polifonia comum (Ducrot, 1980, 43), assiste-se na polifonia proverbial à mistura da voz do locutor com todas as vozes que antes dele proferiram o mesmo adágio (MAINGUENEAU, 2010, p. 172).

A formulação (2) continua sendo um caso de discurso relatado, não no seu modo explícito de representação de um discurso outro – como acontece em (1) – mas no seu modo interpretativo de apreender o Outro constitutivo do seu dizer. Assumindo a oposição (explícito vs interpretativo) proposta por Authier-Revuz (1998), compreendo esse processo de

¹ A notação (Texto 310, §4º) implica dizer que o exemplo foi extraído do quarto parágrafo do texto de número 310.

“interpretação” do discurso outro como um processo de “tradução” associada a uma captação do “tom proverbial” que o escrevente faz penetrar no fio discursivo. Dito de outro modo, esse processo de “tradução” corresponde a um modo não marcado de negociação do escrevente com a alteridade. Nesse sentido, arrisco dizer que em (2), diferentemente de (1), a nítida fronteira entre identidade e alteridade se desfaz. É essa questão que pretendo mostrar, pois, de um modo ou de outro, ela me conduz a refletir sobre uma outra fronteira que se desfaz, a fronteira entre oralidade e escrita.

Na esteira das reflexões de Maingueneau (2006; 2010; 2011), acredito que ambas as formulações – o provérbio em si (1) e a captação proverbial (2) – apresentam uma característica em comum: a *destacabilidade*. Ou seja, assim como a formulação proverbial, os enunciados que captam o “tom proverbial” são apresentados como destacáveis. Além disso, tais enunciados fiam-se a uma memória proverbial cujo valor generalizante fala a uma espécie de “auditório universal” – nos termos utilizados por Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005).

Para chegar às considerações sobre a captação proverbial, valho-me primeiro de alguns estudos sobre a enunciação proverbial. Nesse sentido, posso mostrar o que se entende por “provérbio” para, posteriormente, sustentar a hipótese de que os enunciados de “tom proverbial” trazem no seu “acontecimento” a atualização de uma memória proverbial e, portanto, poder mostrar que as fronteiras entre oralidade e escrita não são tão nítidas.

Dito isso, pretendo não apenas analisar o modo como se dá essa *captação proverbial* (ou seja, observar em que medida esses enunciados se aproximam dos provérbios), mas também discutir a relação existente entre oralidade e escrita (ou seja, mostrar como esse processo enunciativo de captação proverbial marca a heterogeneidade da escrita). Por fim, acredito que o estudo dessas formulações me permitirá compreender não apenas a riqueza e a diversidade do gênero redação de vestibular, mas, também, compreender que o escrevente é “aquele que sabe trabalhar a língua estando fora dela, aquele que tem o dom de falar indireto” (Bakhtin, 2003, p. 315).

1. O *corpus* da pesquisa

Os dados analisados foram extraídos de um *corpus* constituído de um número representativo de cerca de 1% das redações produzidas no vestibular FUVEST 2007: os 346 textos de diferentes carreiras, cedidos e selecionados aleatoriamente pela própria instituição, compreendem apenas redações produzidas por candidatos aprovados no concurso vestibular e classificados em primeira chamada.

2. Algumas questões balizadoras da pesquisa

Norteiam o presente estudo, pressupostos teóricos que se baseiam em abordagens da linguagem que questionam a unicidade enunciativa, isto é, como o sujeito inscreve o Outro no fio discursivo. Refiro-me aqui ao trabalho desenvolvido por J. Authier-Revuz (2004) que busca descrever tipos de manifestações, marcadas ou não, do modo como o sujeito negocia a heterogeneidade mostrada e a heterogeneidade constitutiva. Segundo a autora, essas manifestações no discurso correspondem à representação que o locutor se dá de sua enunciação e, principalmente, ao modo que o locutor diz o outro para circunscrevê-lo e afirmá-lo. Assim, ao se inscrever nos interstícios do discurso, o sujeito se mostra uma

entidade não homogênea, constitutivamente atravessada pelos “outros discursos” e pelo “discurso do Outro”.

Nesse sentido, defendo o posicionamento de que “o outro não é um objeto (exterior, do qual se fala), mas uma condição (constitutiva, para que se fale) do discurso de um sujeito falante que não é fonte-primeira desse discurso” (AUTHIER-REVUZ, 2004, p.69). Circunscrevendo, assim, o gênero proverbial, uma enunciação faz ecoar a retomada de um número ilimitado de enunciações anteriores desse mesmo provérbio.

Tendo em vista a inserção do escrevente na prática escrita no evento vestibular, assumo a tese de Corrêa (2001; 2004) que concebe a heterogeneidade não como presente na escrita, mas como própria da escrita. Para tal, baseio-me num modo de entender a prática escrita como uma prática social de letramento, isto é, a construção de sentido dessa atividade no evento vestibular está relacionada às práticas sociais às quais os sujeitos-escreventes têm acesso ao longo do seu processo de sociabilização (MATÊNCIO, 2007).

Em outras palavras, tal como Matêncio, proponho-me a enfatizar a prática escrita no evento vestibular como um fenômeno social que ultrapassa os limites da instituição escolar. Dito isso, acredito que esse processo de escrita no evento vestibular é orientado não apenas pelo processo de escolarização do escrevente, mas também pelas experiências prévias e exteriores à escola. Pressuponho, então, que a produção de texto é muito mais do que uma atividade linguística; ela é uma atividade cultura.

Todo o trabalho foi desenvolvido centrando-se as reflexões em torno de uma questão maior de linguagem: a dimensão dialógica da palavra – clivado pela palavra do outro, o discurso deve ser apreendido na sua heterogeneidade enunciativa. Dito isso, para analisar/interpretar qualquer discurso, faz-se necessário relacioná-lo a outros, pois é impossível um sujeito definir seu posicionamento (ponto de vista) sem correlacioná-lo com outros posicionamentos (pontos de vista). Sob esse princípio metodológico dialógico, entendo: todo enunciado é “um elo na cadeia da comunicação discursiva e não pode ser separado dos elos precedentes que o determinam tanto de fora quanto de dentro, gerando nele atitudes responsivas diretas e ressonâncias dialógicas” (BAKHTIN, 2003, p. 297).

Sob o princípio metodológico qualitativo do paradigma de investigação indiciário (GINZBURG, 1990) que garante rigor às investigações centradas no detalhe e nas manifestações de singularidade, mostrarei indícios do constante trabalho do sujeito com o texto – a redação de vestibular. Fujo, então, da abordagem discursiva que “enxerga” o sujeito apenas sob uma forma-sujeito assujeitada à instituição, e defendo a hipótese de que, mesmo sendo minimizada (como é o caso da produção escrita de vestibulandos), há sempre um rastro de singularidade (do sujeito produtor de texto) a ser decifrado na opacidade da linguagem².

Sob a questão metodológica de base da análise do discurso: o discurso não é uma realidade evidente, um objeto concreto dado à intuição, mas o resultado de um processo em função das condições de produção, isto é, o discurso está em função dos enunciados e das condições de produção que o constituem (ou melhor, que o condicionam). Para a análise do discurso, o processo de produção do discurso, na constante relação entre estrutura e acontecimento, é visto como sempre pronunciado a partir de condições de produção dadas: (i) enquanto sua estrutura é definida dos processos de produção do discurso a partir da língua, (ii) seu acontecimento é definido não no fechamento da estrutura em si, mas no modo como um discurso se refere a um conjunto de discursos possíveis a partir de um estado definido das

² Faço referência a uma passagem do texto de Ginzburg (1990, p. 177): “se a realidade é opaca, existem zonas privilegiadas – sinais, indícios – que permitem decifrá-la”.

condições de produção, isto é, o discurso se conjuga sempre sobre um discursivo prévio evocando um acontecimento, que já foi objeto de discurso e com as deformações que a situação presente introduz (PÉCHEUX, 2002).

3. Considerações sobre o provérbio

Publicada em setembro de 2000, a revista *Langages* nº 139, dedicada à “fala proverbial” (*la parole proverbiale*), mostra como os provérbios têm se tornado um objeto de interesse para os linguistas, deixando de ser uma manifestação folclórica marginal (ou seja, uma manifestação linguageira menor)³. Maingueneau (2011) também ressalta como as pesquisas linguísticas têm dado um privilégio crescente ao estudo dos provérbios. Para o analista do discurso, os provérbios se mostram um objeto de estudo interessante por ocuparem uma posição singular em matéria de expressões cristalizadas. Diz o autor: “são as únicas sequências cristalizadas que fazem parte da língua, que revelam da competência linguística, como atestam os numerosos dicionários de língua que contêm listas de provérbio” (MAINGUENEAU, 2011, p. 41).

3.1. A estrutura do provérbio

Início esse percurso teórico-analítico com o trabalho desenvolvido por Greimas (*les proverbes et les dictons*, 1970) cuja proposta é abordar as características formais dos provérbios e ditados. Para o autor, os provérbios constituem *séries finitas*, ou seja, correspondem a *um sistema de significação fechado* cujos elementos significativos são escolhidos nos limites da língua e de um período histórico dado. Além disso, “tem-se a impressão de que o locutor abandona voluntariamente sua voz e toma emprestada outra para proferir um segmento da palavra que não lhe pertence como própria, que ele apenas cita”⁴ (GREIMAS, 1970, p. 309). Essa afirmação de Greimas valida a hipótese de que o provérbio é o discurso relatado por excelência.

Para Greimas, esse apagamento do locutor atrás da voz de um enunciador distinto depende, sobretudo, de fatores linguísticos. Quais são, então, as características formais dos provérbios? A primeira estaria relacionada a uma distinção dos ditados, pois, enquanto estes são elementos não conotados (denotativos), os provérbios são considerados elementos conotados. Os exemplos utilizados são, respectivamente, (1) *bonjour lunettes, adieu fillettes* e (2) *chose promise, chose due*. No caso do provérbio (1), “o significado não se situa no nível da significação de *lunettes* ou de *fillettes*, o sentido [...] se encontra lá onde ocorrem as considerações sobre a juventude e a velhice” (1970, p. 310). No caso do ditado (2), “não temos necessidade de procurar a significação do [enunciado] fora da intencionalidade linear onde ela se encontra” (1970, p. 311). Dando continuidade a essas características formais (cf. GREIMAS, 1970, p. 311-313):

³ Apresentação da revista : “jusqu’à une date relativement récente, les proverbes ne faisaient pas l’objet d’un très grand intérêt de la part des linguistiques. Considérés comme une manifestation langagière mineure (...) les proverbes font bien partie de la langue en tant que système, et non en tant que manifestations d’un quelconque folklore marginal” (ANSCOMBRE, 2000, p.3)

⁴Tradução para “on a l’impression que le locuteur abandonne volontairement sa voix et en emprunte une autre pour proférer un segment de la parole qui ne lui appartient pas en propre, qu’il ne fait que citer”

- (i) Primeiramente, o autor chama a atenção para a característica arcaizante do léxico utilizado nas construções dos provérbios ou dos ditados. Sendo possível, a partir de um estudo histórico, datar exatamente a época de suas formações (por exemplo: *agora Inês é morta*);
- (ii) Quanto ao estatuto verbal, ambos (provérbios e ditados) se encontram no presente do indicativo (*deus ajuda a quem cedo madruga*), no imperativo (*pense duas vezes antes de agir*) ou no imperativo tematizado⁵ (*é melhor prevenir do que remediar*);
- (iii) A estrutura rítmica binária, no plano sintático, opõe ora duas proposições (*pense rápido, fale devagar*), ora duas proposições sem verbo (*dia de muito, véspera de pouco*) e ora dois grupos de palavras no interior da proposição (*falar é prata, calar é ouro*);
- (iv) Essa mesma estrutura rítmica binária é, também, reforçada pelo plano lexical, ora pela repetição de palavras (*quem tudo quer, tudo perde*), ora por um par lexical em oposição (*os últimos serão os primeiros*).

Vejam, então, no fio discursivo das redações, um exemplo de formulação (não proverbial) que assimila essas características proverbiais descritas por Greimas:

(3) Colegas, companheiros, relações superficiais são fáceis de encontrar. **A amizade não se encontra, se conquista.** (Texto 171, §5°).

Com base na descrição de Greimas, pode-se observar que, quanto ao estatuto verbal, a formulação acima se encontra no presente do indicativo assim como em *deus ajuda a quem cedo madruga*; quanto ao plano sintático, a estrutura rítmica binária opõe duas proposições assim como em *pense rápido, fale devagar*; além disso, essa mesma estrutura binária é reforçada pelo plano lexical pelo par *encontra/conquista*. Em suma, posso afirmar que a formulação acima não se apresenta como um enunciado de uma forma qualquer, mas com propriedades específicas de uma formulação proverbial.

Dando continuidade às considerações greimasianas, o autor constata que a formação arcaizante confere aos provérbios um tipo de autoridade que revela a “sabedoria dos antigos”. Em outras palavras, um procedimento comparável ao “era uma vez” dos contos de fada. O fato, também, de ser enunciado no presente do modo indicativo ou imperativo ajuda a constatar seu caráter de “verdade eterna”, assegurando a permanência de uma “ordem moral” sem variação. Um outro elemento que contribui significativamente para a *mise en ordre* do mundo moral que rege a sociedade é o léxico, colocando em evidência relações de causalidade, sucessão, dependência (traduz a “natureza das coisas”).

3.2. O mundo-provérbio

No campo da literatura, vale ressaltar o ensaio *o Mundo-provérbio*⁶, de Antonio Candido (2004). Logo de saída, ao falar sobre os “lugares fechados”, o autor nos conduz a um

⁵ « l'impératif thématisé au présent de l'indicatif réunit les deux possibilités : *il faut lier le sac avant qu'il soit plein* » (Greimas, 1970, p.312).

⁶ Com subtítulo “Ensaio sobre *I Malavoglia*”, o ensaio foi, primeiramente, publicado na revista *Língua e Literatura*, nº1, 1972.

pressuposto importante para o estudo dos provérbios: seja sob a forma de provérbio, ditado ou máxima, a enunciação proverbial (de um lugar-comum) faz “os homens parecerem os mesmos, uma geração depois da outra, encasulados na fixidez do costume” (p.81). Essa tonalidade dominante de fechamento sugere “o caráter cerrado do grupo e dos indivíduos” (p.81) e, conseqüentemente, sugere um acontecimento enunciativo em uma estrutura circular (um já-dito), “como se cada geração recomeçasse no mesmo ponto, com o imobilismo das organizações sociais estagnadas” (p.81). É o que se pode observar nas formulações abaixo:

(5) **“Nenhum homem é uma ilha”**. Frase marcante em alguns momentos ao longo de nossas vidas. (Texto 195, §1º).

(6) **O homem é um animal social**, e como tal busca se moldar a sociedade que vive. (Texto 286, §1º);

(7) **O homem é um ser social**. Essa máxima, proferida milhares de vezes nos mais diversos contextos, pode ter sido esvaziada pela repetição, mas nem por isso deixou de ser verdadeira. (Texto 349; §1º);

A escrita pré-universitária é um “fazer com” a instituição, mas não posso negar a astúcia desse escrevente, pois sua prática escrita é também uma “história” de desvios e rupturas, na tentativa de romper os círculos e aliviar o peso opressivo da instituição que o cerca. Retomando as palavras de Cândido (2004), esse **acontecimento em experimentação**⁷ mostra como “as veleidades de abertura nada mais são do que o arrepio passageiro de uma pedra caindo na água parada e alterando apenas por um momento o liso da superfície” (p.87). A formulação abaixo, assim acredito, reflete bem esse “acontecimento em experimentação”, pois, ao atualizar o sentido de um “dito” atestado (*este remédio não tem contra-indicações nem efeitos colaterais*), o escrevente promove um desvio desse “dito” atestado apenas substituindo um termo lexical por outro (vale ressaltar que os termos não têm semelhança lexical):

(8) Cultive suas amizades existentes, abra espaço para novas, afinal, **amizade não tem contra-indicação nem efeitos colaterais**. (Texto 78, §4º).

Procuo trazer para esta pesquisa o intuito principal do ensaio de Candido que é “analisar a convergência do elemento linguístico e do elemento social no encontro de uma solução admiravelmente adequada para sugerir o mundo fechado” (p.92). Nesse sentido, é possível mostrar como os provérbios, alicerçados na tradição e no lugar-comum, são incorporados ao domínio da memória discursiva, “que constitui a exterioridade do enunciável para o sujeito enunciador na formação dos enunciados ‘preconstruídos’, de que sua enunciação apropria-se” (COURTINE, 1999, p. 18).

Dando continuidade às reflexões de Candido, pode-se dizer que os provérbios (assim como o lugar-comum e as fórmulas) amarram a argumentação/dissertação à linguagem do mundo popular, isto é, amarram práticas de oralidade na escrita. O provérbio é, então, a forma-forte do lugar-comum e da repetição; a expressão da amarração “pétrea” do discurso e

⁷ Utilizo aqui uma expressão que vem da seguinte passagem: “Mas justamente aí entra a astúcia do escritor, sob a forma de uma certa experimentação” (p.87).

do mundo que forma um sistema coeso e vai assumindo um cunho regular (de recorrência), dando *um ar de meio rifão às expressões marcantes*. No seu limite, o dito proverbial é investido de um caráter semi-religioso, sentencioso. Só assim podemos estabelecer, no plano da análise, uma convergência entre a estrutura social e a linguagem (CANDIDO, 2004, p. 94).

Pensando nessa convergência e nos estudos da AD, é necessário acentuar o estatuto da memória pregnante do provérbio: o que se *anuncia para adiante é o que sempre foi atrás* (CANDIDO, 2004, p. 98). Por fim, valho-me de algumas conclusões do ensaio em que o autor aborda a *sufocação por todos os lados*: (i) “o lugar-comum sufoca a mensagem individual e a absorve no coletivo”; (ii) “a repetição (...) obriga a reconsiderar os mesmos objetos”; (iii) “o provérbio (...) impõe uma norma ideológica eternizada”.

3.3. *Provérbio e a história social da linguagem*

No campo da história social da linguagem, o estudo de Obelkevich (1997) sobre os provérbios – “um dos gêneros folclóricos mais antigos e mais amplamente distribuídos” – centra-se na investigação do modo como eles têm sido empregados (isto é, mostrando seus usos e usuários) e do seu significado. No entanto, conforme aponta o historiador, uma das principais tarefas de quem se dedica a esse estudo é “ouvir a voz por trás do texto, invocando a oralidade que está além da alfabetização” (OBELKEVICH, 1997, p. 43). Em outras palavras, pode-se dizer que o estudo dos provérbios possibilita uma reflexão não-dicotômica da relação entre oralidade e letramento.

Embora os provérbios possam ser facilmente reconhecidos, seu estudo não se faz sem dificuldades. Segundo o historiador, uma dessas dificuldades reside na sua própria definição, mesmo parecendo haver um consenso geral de que os provérbios são “ditos populares tradicionais que oferecem sabedoria e conselhos, de maneira rápida e incisiva” (OBELKEVICH, 1997, p. 44).

Apesar dessa dificuldade em defini-los, o autor parte do fato de que os provérbios são, primordialmente, um gênero oral (mesmo, sendo muito usados na escrita) cuja forma interna compacta facilita sua veiculação e memorização. Porém, o que define os provérbios é, na realidade, sua função externa (comumente, moral e didática). Nesse sentido, pode-se dizer que as pessoas usam os provérbios não pelo fato de serem facilmente memorizados, mas para dizer ao seu auditório o que fazer ou que atitude tomar em relação a uma determinada situação. Dito isso, o historiador chega a uma possível definição: “os provérbios são ‘estratégias para situações’, mas estratégias de autoridade, que formulam uma parte do bom senso de uma sociedade, seus valores e a maneira de fazer as coisas” (OBELKEVICH, 1997, p. 45).

Porém, vale ressaltar que esse tom de autoridade, arraigado na própria língua, está associado à sua característica de impessoalidade, isto é,

- (i) oferecendo conselhos estereotipados para problemas recorrentes, o tom de autoridade está associado ao fato de o enunciado estar em terceira pessoa e apresentar uma existência própria (independe de autores, falantes e ouvintes), deixando que o ouvinte/leitor tire suas próprias conclusões;
- (ii) quando citado na fala ou na escrita, é preciso que essa palavra outrem (da comunidade ou do senso comum), com aura de atemporalidade (de verdade

imutável a respeito da natureza humana), seja marcada por alguma fórmula introdutória.

Por exemplo, os enunciados proverbiais abaixo, ao serem citados, são marcados pelas fórmulas introdutórias *a sabedoria prega que* e *como diz o ditado*. Além disso, pode-se observar o caráter de verdade imutável pelo uso do presente omnitemporal ou gnômico⁸, ou seja, pode-se observar pelo uso do presente dos verbos *ser* e *contar* que o momento de referência é um “sempre” implícito (verbos com aspecto não-pontual, indefinido. Em outras palavras, corresponde a um tempo presente “genérico” que não se opõe ao passado ou ao futuro):

(9) A sabedoria popular prega que “**nenhum ser humano é uma ilha**”, e essa máxima é confirmada. (Texto 01, §2º).

(10) Como diz o ditado: “**contamos os amigos nos dedos das mãos**”, é muito raro encontrar amizade incondicional e verdadeira. (Texto 83, §1º).

Quanto ao uso, Obelkevich acredita que os provérbios possam acontecer em qualquer situação (em qualquer estado espírito), atravessando as fronteiras normais da linguagem e representando um registro polivalente e multifuncional com existência própria. Mas, segundo o historiador, é o seu papel moral e educacional que vem primeiro, promovendo a internalização e o reforço das normas sociais. Esse controle social, no entanto, não se deve apenas ao conteúdo e finalidade dos provérbios, mas por serem sociais ou públicos em seu modo de atuação. Quando em situação de conflito, Obelkevich afirma que “os provérbios são usados menos por sua verdade ou sabedoria, do que para que se tirem vantagens de sua impessoalidade; ao expressar desaprovação de forma indireta, eles atenuam a crítica e fazem que uma reação mal-humorada seja menos provável” (1997, p. 48).

Se por um lado, em situações de conflito, os provérbios são considerados um método que ajuda as pessoas a lidar com fontes crônicas de tensão, por outro, em situações de ausência de conflito, os provérbios funcionam faticamente, pois, ao trocarem provérbios conhecidos, as pessoas indicam boa vontade, assegurando ao seu auditório que compartilham valores comuns e apreciam a sociabilidade em si. Por fim, referindo-se ao valor estético dos provérbios, Obelkevich defende a hipótese de que “as pessoas podem usar os provérbios porque soam bem – porque elas apreciam sua forma e fraseologia, sua perspicácia, imagem e estilo verbal” (1997, p. 49).

O próximo passo do historiador é abordar o problema “aparente” do “significado” dos provérbios. Obelkevich inicia esse problema descartando a possibilidade de uma provável homogeneidade discursiva entre os provérbios, uma vez que em uma determinada língua pode haver centenas de provérbios, significando/dizendo coisas diferentes. Porém, “se há alguma coisa em comum, isso não está no seu conteúdo manifesto, mas no latente – sua anonimia, impessoalidade, recurso à tradição e assim por diante” (OBELKEVICH, 1997, p.50). Em outras palavras, ao descartar essa provável homogeneidade discursiva, o autor defende a hipótese de que o significado de um provérbio depende não apenas do que é dito, mas também

⁸ Quando o momento de referência é ilimitado e, portanto, também é o momento do acontecimento, Fiorin (1999) classifica o tempo presente como *presente omnitemporal ou gnômico*. Segundo o linguista, trata-se do “presente utilizado para enunciar verdades eternas ou que se pretendem como tais. Por isso é a forma verbal mais utilizada pela ciência, pela religião, pela sabedoria popular (máximas e provérbios)” (FIORIN, 1999, p.151).

do seu contexto de uso. Isto é, sem o contexto, uma parte do significado fica inevitavelmente perdida (no entanto, essa é uma dificuldade com que se deparam os historiadores).

É preciso lutar contra o inconveniente do método que extrai os documentos de seu contexto *histórico* e elimina as *operações* dos locutores em circunstâncias particulares de tempo, de lugar e competição. É preciso olhar para os modos como as coisas ou as palavras são usadas. Sendo assim, o *ato* da palavra proverbial não pode ser separado da sua circunstância. Diz Certeau:

Como os utensílios, os provérbios ou outros discursos são *marcados por usos*, apresentam à análise as *marcas do ato* ou processos de enunciação; significam *operações* de quem foram objeto, operações relativas a situações e encaráveis como *modalizações* conjunturais do enunciado ou da prática; de modo mais lato, indicam portanto uma *historicidade* social na qual os sistemas de representações ou os procedimentos de fabricação não aparecem mais só como quadro normativos mas como *instrumentos manipuláveis por usuários* (CERTEAU, 1999, p. 82).

Além do contexto, o fato dos seus significados mudarem com o passar do tempo e poderem variar em relação ao espaço, definitivamente, descarta a possibilidade de uma provável homogeneidade discursiva dos provérbios. Ou seja, os provérbios, apesar de toda sua coerência, estão longe de serem estáticos. No entanto, embora esse caráter dinâmico (histórico) dos provérbios e de seus significados aconteça lentamente, há um momento de clímax na história de seus usuários. Diz Obelkevich:

Ela possui um clímax – o abandono dos provérbios pelas classes educadas – e um resultado, na qual os provérbios se tornaram uma fonte de divisão e conflito, o local de uma ‘luta de significado’. O que estava então em jogo não era o significado desde ou daquele ditado, mas a validade dos provérbios em si (OBELKEVICH, 1997, p.58).

Por exemplo,

Na Inglaterra do século XVI, as pessoas educadas estudavam, usavam e valorizavam os provérbios; no início do século XX, elas há muito já os haviam rejeitado. Na história desse declínio – interrompido apenas por uma revitalização temporária no século XIX – encontra-se tanto a transformação da cultura das elites quanto o rompimento de seus laços com a cultura do povo (OBELKEVICH, 1997, p.59).

Os provérbios perdem seu prestígio em razão de mudanças na própria cultura letrada que, segundo Obelkevich, se intensifica com o aumento na demanda por “originalidade” na linguagem. Portanto, nesse domínio romântico, marcado pela “apoteose” da individualidade criativa, não existe lugar na escrita para a cultura oral do provérbio (traçando, então, um paralelo com o campo educacional, podemos dizer que o ideal de escrita é fruto dessa prática romântica que busca, constantemente, o momento apoteótico de individualidade criativa do escrevente).

Além dessa exaltação pela criatividade, exalta-se a figura do autor e, conseqüentemente, os aforismos passam a falar com mais autoridade do que os provérbios. Assim, usar um aforismo significa identificar-se com o gênio do autor e elevar-se acima de plebe comum. Já os provérbios, diferentemente dos aforismos, “colocam o coletivo acima do

individual, o recorrente e estereotipado acima do excepcional, as regras externas acima da autodeterminação, o senso comum acima da visão individual” (OBELKEVICH, 1997, p.72). Usá-los seria negar a individualidade do falante e do ouvinte.

O que me chama atenção nesse estudo de Obelkevich é o fato de o historiador pôr em jogo não o simples significado manifesto do provérbio, mas a sua validade sócio-histórica (o historiador põe em jogo os elos perdidos entre a estrutura linguística e a estrutura social). Em outras palavras, quando analisado mais de perto, os provérbios não se limitam às questões estruturais fechadas em si, “eles se transformam em variáveis históricas e sociais, uma fonte de divisão e disputas, envolvidas na linguagem da política e na política da linguagem” (OBELKEVICH, 1997, p.73). Além disso, afirma: “se a vida social pode ser interpretada como um texto, muitas vezes é o provérbio ou a expressão trivial que fornece pistas para essa leitura” (OBELKEVICH, 1997, p.74). Por fim, valho-me da justificativa de que os provérbios são uma fonte privilegiada, um ponto de entrada no domínio mais amplo do oral e das fórmulas. O próximo passo é ocupar-me das propriedades enunciativas dos provérbios (fórmulas cristalizadas) e dos enunciados com “tom proverbial”, apoiando-me nas reflexões propostas por Maingueneau.

3.4. A fórmula proverbial

Pensando a enunciação proverbial como um ponto de entrada no domínio das fórmulas, vejo-me na obrigação de explicitar o que entendemos por *fórmula*. No campo da análise do discurso, o termo *fórmula* designa uma expressão lexical, mais frequentemente, um sintagma nominal que, no plano ideológico, tem um papel fundador e ativo em certa situação histórica. Para tecer considerações sobre o plano ideológico, volto ao estudo de Obelkevich (1997) que mostra como, em um determinado momento histórico da Inglaterra (século XVI), o provérbio teve um papel fundador “representativo” dado ao fato de que as classes educadas (letradas) faziam uso constante dessas fórmulas, tanto na fala quanto na escrita.

Em outras palavras, os provérbios possuíam uma autoridade incontestada e seu conhecimento era algo de que uma pessoa podia se orgulhar, e que podia exibir. Para as pessoas letradas, eles não representavam curiosidades folclóricas, mas parte de seu *capital* cultural. Fazendo parte do treinamento de aspirante a escritor, os provérbios, na condição de instrumentos de persuasão ou de ornamento estilístico, eram um dos ingredientes da eloquência. Essa era uma cultura na qual a intertextualidade era exuberante; na qual, pelos padrões do romantismo, não havia verdadeiros autores, despindo as almas em suas obras; nessa cultura, os provérbios apresentavam um traço representativo indispensável para os sujeitos que eram se viam chamados ao estatuto de escritor (OBELKEVICH, 1997, p. 59-61). Posteriormente, em razão das mudanças na própria cultura letrada, os provérbios perdem seu prestígio e os aforismos, com seu espírito mais aristocrático, conquistam o espaço deixado pelos provérbios.

Essas considerações colocam em questão a relação entre ideologia e discurso, mostrando como determinadas formulações não estão dissociadas de suas condições sócio-históricas de produção e como questões ideológicas se traduzem no próprio interior da língua. Parafraseando Pêcheux, o sentido de uma formulação proverbial só é materialmente concebível na medida em que se concebe esta formulação em sua relação com a instância ideológica.

Dando continuidade à definição de *fórmula*, pode-se dizer que uma fórmula caracteriza-se por seu uso maciço e repetitivo, por sua circulação em um espaço público em uma conjuntura dada e por ser um objeto de conhecimentos amplamente partilhados, mas sempre conflituoso. Além disso, ela dá lugar a um número significativo de transformações e de variações parafrásticas, remetendo à questão de pré-construídos (CHARAUDEAU & MAINGUENEAU, 2004, p. 244-5). No caso dos provérbios, compreendo-os como fórmula não pelo seu aspecto conflituoso (polêmico), mas na medida precisa em que eles (i) têm um caráter cristalizado, (ii) inscrevem-se em uma dimensão discursiva, e (iii), funcionando como um referente social imemorial (associado à uma saber popular), operam em um regime de *enunciação aforizante*.

Dito isso, emprego o termo *fórmula* não no sentido preciso de Krieg-Planque (2010), embora me aproprie de algumas categorias propostas pela autora, a qual propõe uma definição de *fórmula* segundo a apresentação de quatro propriedades essenciais: seu caráter cristalizado, sua inscrição discursiva, seu funcionamento como referente social e sua dimensão polêmica. No entanto, sendo o provérbio uma fórmula que existe fora de qualquer texto e que pertence a um *Thesaurus* de enunciados partilhados por uma comunidade discursiva, apóio-me na noção de *aforização* proposta por Maingueneau para dar mais precisão metodológica ao meu modo de apreensão da enunciação proverbial.

O estudo de Greimas (4.1) me mostrou como o caráter cristalizado da *formulação proverbial* é sustentado por uma forma significante relativamente estável. Neste caso, a *formulação proverbial* é identificada por sua unidade léxico-sintática, isto é, a copresença de elementos lexicais e de uma operação sintática particular (cf. Krieg-Planque, 2010). No caso dos provérbios, essa operação é comumente a justaposição. Porém, se, por um lado, os provérbios são caracterizados por sua cristalização formal (estrutural), por outro, eles são caracterizados por sua cristalização memorial, uma vez que são enunciados que circulam ‘em bloco’. Além disso, não posso me esquecer de apontar que tal caráter cristalizado implica certa concisão dos provérbios, sendo assim uma condição necessária para sua existência. É, portanto, essa concisão que permite sua circulação ou não ‘em bloco’. No entanto, embora a *formulação proverbial* tenha um caráter linguístico cristalizado, sua análise não pode ficar confinada ao formalismo. Valho-me das palavras de Krieg-Planque:

O fato de a fórmula ser coconstruída por um material linguageiro relativamente estável é igualmente necessário a seu funcionamento como lugar-comum do debate, como significante partilhado. Por seu caráter cristalizado, a fórmula se torna identificável, reconhecível e, conseqüentemente, pode funcionar como índice de reconhecimento que permite “estigmatizar” – positiva ou negativamente – seus usuários (KRIEG-PLANQUE, 2010, p. 74).

Relembrando o estudo de Obelkevich, se, na Inglaterra do século XIX, os provérbios (assim como os clichês) foram evitados pelas pessoas de “bom gosto” (logo, seus usuários eram estigmatizados negativamente), na Inglaterra do século XVI, observava-se o contrário e, conseqüentemente, os usuários dos provérbios eram estigmatizados positivamente. Além disso, para a mesma “coletividade” que partilha um discurso, é possível afirmar que ora valerá um provérbio, ora valerá outro. Com base na formulação abaixo, posso arriscar dizer que ora vale um provérbio, ora sua paráfrase:

(11) Quem não se decepcionou com um amigo que “atire a primeira pedra”. (Texto 72, §3º).

Ou seja, tanto há ocasião para o uso do provérbio *quem nunca pecou que atire a primeira pedra*, quando o argumento defendido é de relevância religiosa, quanto há ocasião para o uso da sua paráfrase *quem não se decepcionou com um amigo que “atire a primeira pedra”*, quando se trata de mostrar argumentos para defender um ponto de vista sobre a amizade. Como se vê, cada formulação está associada a condições temáticas e argumentativas específicas. Se *quem nunca pecou que atire a primeira pedra* pode tornar-se *quem não se decepcionou com um amigo que “atire a primeira pedra”*, é porque há um sujeito que promove manobras no dizer. Porém, este sujeito retira das condições de produção a memória discursiva que permite dar sentido ao seu texto. Dito isso, não estou deixando de considerar as circunstâncias e as manobras dos sujeitos, mas também não estou me limitando apenas ao social e ao histórico.

Em outras palavras, se, por um lado, há algo de individual nesse ato de paráfrase que perturba o acontecimento de um já-dito (no caso, a atualidade de um provérbio atestado), por outro, há algo de social e histórico que precisa ser mantido (no caso, a memória de um provérbio atestado). Noto, portanto, que a *formulação proverbial* não é uma mera noção linguística, mas um acontecimento discursivo que se opera na língua, com ela e por meio dela. Em suma, o caráter discursivo de uma *formulação proverbial* deve-se ao seu acontecimento, isto é, o escrevente no fio discurso faz trabalhar a *formulação proverbial* (*quem nunca pecou que atire a primeira pedra*) em seu contexto de atualidade (a redação no vestibular) e no espaço de memória (um já-dito) que ele convoca e reorganiza. Além disso, esse acontecimento deve reunir duas propriedades que são constitutivas da *formulação proverbial*: funcionar como um referente social e operar em um regime de *enunciação aforizante*.

Dizer, então, que uma *formulação proverbial* funciona como um referente social equivale a designá-la como elemento de um saber comum a todo locutor de uma dada comunidade. No caso da formulação *quem nunca pecou que atire a primeira pedra*, esta pertence ao conjunto de enunciados que comungam de características semânticas comum e que evocam uma certa “notoriedade”, isto é, ela pertence ao conjunto de enunciados ditos proverbiais. Já a formulação *quem não se decepcionou com um amigo que “atire a primeira pedra”* mostra-se um dado interessante por atestar, de modo parafrástico, o uso da *formulação proverbial*. Ou seja, a formulação *quem não se decepcionou com um amigo que “atire a primeira pedra”* não apenas atesta um já-dito proverbial (fazendo-o circular), como também faz atualizar esse já-dito. Em termos retóricos, pode-se dizer que a comunhão dos espíritos faz emergir nessa formulação um signo conhecido de todos. Enfim, ela remete a um referente social associado ao *mundo-provérbio*; ela mobiliza um suposto saber proverbial do leitor. Há um texto sob o texto, como se vê, há uma nova formulação, calcada na primeira. Passo, então, a uma outra condição constitutiva das *formulações proverbiais*: seu natureza *aforizante*.

Para Maingueneau (2010; 2011), os provérbios entram na categoria mais ampla dos enunciados destacados *por natureza*; dos enunciados que não possuem contexto situacional nem contexto original. Isso faz com que eles operem em um regime de enunciação específico que o autor propôs chamar *enunciação aforizante* ou, mais brevemente *aforização*. Nesse regime enunciativo, o locutor *aforizador* assume o *ethos* de um locutor que fala do alto, um indivíduo que entra em contato com uma fonte transcendente e exprime uma verdade, uma totalidade vivida. Observa-se, então, uma autoridade posta em cena, ou seja, uma instância chamada *hiperenunciador*, com quem o locutor mostra estar de acordo, é posta em cena.

No caso dos provérbios, a unidade é assegurada pela remissão a um *hiperenunciador* comumente designado como “a sabedoria popular” ou “a sabedoria das nações”. Em termos polifônicos (no sentido proposto por Ducrot, 1987), uma vez que essa unidade enunciativa é atribuída à “sabedoria popular”, o sujeito falante – aquele que profere o provérbio – não é o seu locutor – aquele que se apresenta como seu responsável e que garante a sua veracidade. Sendo assim, o “sujeito falante/escritor” de um provérbio confere a si e a seu ouvinte/leitor o estatuto de membros de uma comunidade: “o locutor [sujeito falante/escrivente] cita o que poderia/deveria ser dito pelo seu alocutário [sujeito ouvinte/leitor] e, mais além, por qualquer membro da comunidade que agem plenamente conforme a esse pertencimento” (MAINGUENEAU, 2006, p. 92). Por sua vez, essa comunidade, segundo Maingueneau, “faz mais do que estocar provérbios; ela é depositária de uma experiência que permite aos usuários aplicá-los a situações inéditas oportunamente categorizadas” (2006, p. 94-5).

Uma vez delimitado o modo como compreendo a formulação proverbial propriamente dita, passo às considerações sobre o modo como o escrevente pré-universitário inscreve, no fio discursivo, enunciados que captam o “tom proverbial”.

4. Sobre a captação proverbial

Com o intuito de evidenciar a relação oral/escrita na prática escrita de pré-universitários, selecionei alguns dados indiciários dessa relação. A opção por mostrar esse tipo de evento deve-se ao fato de que, por trás dessa “tensão” escrita, escondem-se traços de singularidade; traços de um sujeito trabalhando. Ou seja, uma vez que há um sujeito trabalhando, há “tensão” no processo discursivo. Quando falo em “tensão”, não estou falando em polêmica, mas em memórias discursivas que estão em conflito. No caso da inscrição da enunciação proverbial, uma memória discursiva oral em conflito com uma memória discursiva escrita. Portanto, “para que haja memória, é preciso que o acontecimento ou o saber registrado saia da indiferença, que ele deixe o domínio da insignificância. É preciso que ele conserve uma força a fim de poder posteriormente fazer impressão” (DAVALLON, 1999, p. 25).

Nesse sentido, posso dizer que a memória discursiva escrita (culto) cria *uma força a fim de poder fazer a impressão* de que um texto escrito culto é homogêneo, sem traços de oralidade. Cria-se, dessa forma, um imaginário da produção escrita pura; de uma produção escrita “adâmica” que não é atravessada (e nem pode ser atravessada) pelo oral. Assim, uma vez que o acontecimento da oralidade não se inscreve no acontecimento da escrita, cria-se a seguinte ilusão: é como se o acontecimento da oralidade não tivesse ocorrido. Na contramão desse imaginário, vejo como o acontecimento da oralidade é absorvido pela memória escrita; vejo como essa absorção se caracteriza por um funcionamento de tipo pré-consciente ou consciente, na medida em que o sujeito trabalhando utiliza-se de estratégias discursivas para formular um modo de dizer escrito mais adequado ao processo de enunciação do evento vestibular. Em suma, procuro mostrar o constante trabalho do sujeito com a heterogeneidade da escrita, com é o caso da captação proverbial que apóia sua enunciação sobre um pré-construído (cenas já validadas; um já-dito) que enuncia *verdades sobre o homem, aspirando à universalidade*. Vejamos, então, as formulações a seguir:

(12) A procura por amizades verdadeiras e que não são motivadas por interesses antagônicos a esse relacionamento sempre foi valorizada pelo homem. **Quem não se relaciona com o mundo de maneira positiva, pouco descobre sobre si mesmo.** (Texto 25, §3º).

(13) **Não importa a quantidade. Mais feliz é uma pessoa que tem apenas um amigo de verdade** do que uma pessoa que tem inúmeras relações, porém superficiais. (Texto 128, §4º).

(14) É importante, por isso, tomar em relação ao amigo certos cuidados que teríamos em um relacionamento amoroso. **Deve-se construir e conservar a amizade como quem lapida um diamante:** delicadamente, com muito zelo. (Texto 48, §5º).

Os enunciados (12), (13) e (14) me permitem focalizar em um tipo de heterogeneidade menos visível, refletindo como o enunciador apóia a memória discursiva escrita (o Mesmo) sobre a memória discursiva oral (o Outro). O escrevente tem a ilusão de que a sua produção escrita tem relação direta com uma “escrita pura”. A palavra escrita “culta”, pela sua “tradição”⁹, é enunciada de modo a mascarar (ou censurar) a palavra oralizada. Nesse sentido, o escrevente procura se mostra, através do seu modo de enunciar, como um enunciador consciente da “transmissão” de *uma* memória discursiva escrita – o padrão escrito culto. Assim como em um “ritual sagrado”, é pela virtude da palavra escrita “culta” que o texto do vestibulando toma força¹⁰. Mas, conforme pude observar, esse “ritual sagrado” é maculado¹¹ por gêneros de tradição oral. O enunciador apresenta sua enunciação ‘escrita’ como uma retomada de uma enunciação ‘oral’ proverbial; o enunciador faz com que seja ouvida uma outra voz, a da “sabedoria popular”, atribuída a uma memória discursiva oral. Em outras palavras, poderia dizer que são enunciados escritos embreados em uma memória discursiva oral.

O tom proverbial pode ser mostrado nos enunciados, apoiando-se em coerções linguísticas que dão estabilidade proverbial: 1) formulações curtas e geralmente estruturadas de forma binária ([12] *Quem não se relaciona com o mundo de maneira positiva/ pouco descobre sobre si mesmo* = Quem nunca comeu melado/ quando come se lambuza); 2) formulações recorrem frequentemente a rimas (por exemplo, *-dade* na formulação [13] *Não importa a quantidade/ Mais feliz é uma pessoa que tem apenas um amigo de verdade* = Quem não *arrisca/ não petisca*); 3) índice de impessoalidade ([14] *Deve-se construir e conservar a amizade/ como quem lapida um diamante* = **Vê-se** pela aragem quem vai na carruagem). Do ponto de vista da embreagem enunciativa, poderia dizer que estes são enunciados candidatos a generalizações, visto que as formulações são desprovidas de embreantes. Pude observar, também, como o valor pragmático dos enunciados (12), (13) e (14) mostra-se semelhante ao dos provérbios: “uma asserção sobre a maneira como funcionam as coisas, sobre como

⁹ Utilizo “tradição” na acepção de Bonvini (2001, p. 39). Segundo o autor, “tradição” se refere à experiência espaço-temporal de um grupo, ou seja, “a tradição só pode ser um ato de comunidade. Ela faz corpo com ela”. No nosso caso, a “tradição” do *padrão escrito culto* cria uma comunidade, cuja prática de letramento reconhece o oral como interferência/ruído no escrito.

¹⁰ Parafraseio Bonvini (2001, p. 43) ao falar do ritual da colheita das folhas, pois “cada folha deve ser cumprimentada com palavras rituais especiais que as tornam sagradas. É pela virtude destas palavras que as folhas têm uma força”.

¹¹ Utilizo o atributivo “maculado” numa conotação da imagem que a instituição faz do texto escrito culto (estamos apenas reproduzindo um suposto enunciador institucional que reconhece a escrita como uma unidade homogênea).

funciona o mundo, dizendo o que é verdadeiro” (MAINGUENEAU, 2001, p. 171). Além disso, vê-se que os enunciados são proferidos com um tom “sentencioso” que contrasta com o fluxo habitual da interação oral. Esse tom, por sua vez, contribui para marcar a defasagem entre o enunciador e o responsável pela asserção (instância invisível associada a uma memória discursiva oral).

Esses indícios me permitem mostrar não só a presença do oral no escrito, mas também a presença de um sujeito trabalhando. Um escrevente que se apropria de um fenômeno de dimensão diferente da citação direta, da “cópia”, mas de um fenômeno de *imitação de um gênero de discurso oral*. Em outras palavras, o escrevente realiza uma estratégia de *captação*. Segundo Maingueneau (2001, p. 173), “captar um texto significa imitá-lo, tomando a mesma direção que ele”. Nos exemplos mostrados, o escrevente não capta simplesmente um provérbio reconhecido, ele é mais ‘audacioso’: o escrevente capta as propriedades linguísticas (a construção composicional) do gênero provérbio. Mas, ao captar esse gênero, o escrevente procura adaptar o provérbio ao evento vestibular que exige um padrão culto de escrita. Como diria Possenti (2002), nisso não há nada de individual, mas, ao contrário, tudo de social e de histórico relacionado a uma esfera pedagógica.

Considerações finais

Os dados me mostraram como o interdiscurso (o Outro proverbial) enquanto pré-construído é próprio à natureza mesma da linguagem, compreendida, na sua imbricação com a instituição, como interação social, como ato concreto de enunciação dirigido para o outro pela sua natureza essencialmente dialógica e heterogênea. Ademais, os dados me permitem defender um posicionamento de que por trás de toda produção escrita considerada acabada pelo escrevente, há um complexo processo de produção revelador do trabalho e das manobras realizadas pelo sujeito com a linguagem, ou seja, há sempre um sujeito trabalhando, deixando as marcas desse trabalho no texto.

ABSTRACT: In this paper, based on French Discourse Analysis, we aim to show a research focused on analyzing texts produced in a specific *literacy event*: the writing process to enter the University of São Paulo (USP). We then selected 346 essays from this highly competitive process. For this paper, we focus primarily in analyzing the proverbial utterance. We present data extracts which shows how the writers involved in this specific literacy event inscribe the proverbial utterance in their essays. The analysis shows two inscription processes: one legitimating proverbial utterances and other showing utterances with proverbial tone.

KEY-WORDS: French Discourse Analysis; proverbial utterance; writing process

Referências bibliográficas

ANSCOMBRE, J.-C. Présentation. In : *La parole proverbiale*. Paris: Langages, n° 139, p. 3-5, set. 2000.

AUTHIER-REVUZ, J. *Palavras incertas: as não-coincidências do dizer*. Campinas: Editora da Unicamp, 1998. 200p.

_____. *Entre a transparência e a opacidade*. Um estudo enunciativo do sentido. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004. 257p.

BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. Trad. do Russo de Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2003. 476p.

BRITO, L. A. N. de. *Discurso, leitura e produção textual: uma análise discursiva da escrita de pré-universitários*. 2011. 199f. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2011.

CANDIDO, A. *O discurso e a cidade*. 3ª ed. São Paulo: Duas Cidades, 2004. 283p.

CERTEAU, M. *A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer*. 17ª ed. Petrópolis: Vozes, 2002. 316p.

CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. *Dicionário de Análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2004. 555p.

CORRÊA, M. L. G. Letramento e heterogeneidade da escrita no ensino de português. In: SIGNORINI, Inês (Org). *Investigando a relação oral/escrito e as teorias de letramento*. São Paulo: Mercado de Letras, 2001. p. 135-166.

_____. *O modo heterogêneo de constituição da escrita*. São Paulo: Martins Fontes, 2004. 309p.

COURTINE, J.-J. O chapéu de Clémentis. Observação sobre a memória e o esquecimento na enunciação do discurso político. In: *Os múltiplos territórios da análise do discurso*. Vol. 12. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzatto, 1999. p. 15-22.

DAVALLON, J. A imagem, uma arte de memória. In: ACHARD, P. et al. *Papel da memória*. Trad. José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 1999. p. 23-34.

DUCROT, O. *O dizer e o dito*. Trad. Eduardo Guimarães. Campinas : Pontes, 1987. 222p.

GINZBURG, C. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. 2ª ed. Trad. Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

GREIMAS, A. J. *Du sens*. Paris: Seuil, 1970. 315p.

KRIEG-PLANQUE, A. *A noção de “fórmula” em análise do discurso*. São Paulo: Parábola, 2010. 143p.

MAINGUENEAU, D. *Novas tendências em análise do discurso*. Trad. Freda Indursky. 3ª ed. Campinas: Pontes, 1997. 198p.

_____. Do provérbio à ironia: polifonia, captação e subversão. In: MAINGUENEAU, D. *Análise de textos de comunicação*. São Paulo: Cortez, 2001. p. 169-178.

_____. *Cenas de Enunciação*. Organizado por Sírio Possenti e Maria Cecília Peres de Souza-e-Silva. Curitiba: Criar Edições, 2006.

_____. Polifonia – polifonia, provérbio e desvio. In: POSSENTI, S. e SOUZAE- SILVA, M. C. P (Orgs.). *Doze conceitos em análise do discurso*. São Paulo: Parábola editorial, 2010. p. 171-186.

_____. A aforização proverbial e o feminino. In: MOTTA, A. R. & SALGADO, L. *Fórmulas discursivas*. São Paulo: Contexto, 2011. p.41-58.

MATENCIO, M. L. M. *Leitura, produção de textos e a escola*: reflexões sobre o processo de letramento. 4ª reimpressão. Campinas: Mercado de Letras, 2007. 111p.

OBELKEVICH, J. Provérbios e história social. In BURKE, P.; PORTER, R. *História Social da Linguagem*. São Paulo: Editora da Unesp / Cambridge University Press, 1997. p. 43-82.

PÊCHEUX, M. *Estrutura ou acontecimento*. 3ª ed. Trad. Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Pontes, 2002. 68p.

POSSENTI, S. *Os limites do discurso*: ensaios sobre discurso e sujeito. Curitiba: criar edições, 2002.

Data de envio: 27/04/2012

Data de aprovação: 07/12/2012

Data de publicação: 06/02/2013